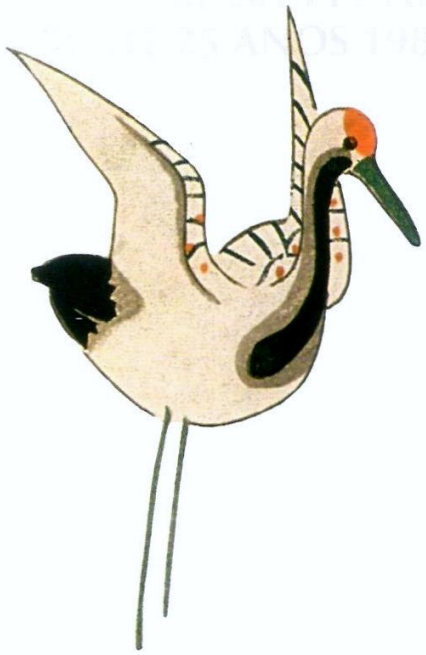
FUNDAÇÃO ORIENTE – 25 ANOS

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

[*Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente*]



Quando a Fundação Oriente foi instituída, em 1988, não havia nenhuma entidade com a missão de valorizar e perpetuar as relações históricas e culturais entre Portugal e o Oriente, nomeadamente com a China. Ao fim destes anos e, de modo mais relevante, a partir da criação do Museu do Oriente, em 2008, reconheço, com satisfação, que a ligação com o Oriente foi fortalecida e que as iniciativas desenvolvidas pela Fundação contribuíram, de forma importante, para o reforço das relações históricas entre Portugal e a Ásia.

No fim do ciclo do Império, a Fundação Oriente assegurou uma linha de continuidade da presença de Portugal em Macau, na Índia e em Timor-Leste e a consolidação das relações com a China e o conjunto dos países da Ásia nos domínios da cultura, da ciência e do ensino, nomeadamente do ensino da língua portuguesa. Nesse sentido, a Fundação estabeleceu desde logo uma delegação em Macau e, mais tarde, abriu uma outra em Goa. Posteriormente, e no seguimento do referendo em que os timorenses se pronunciaram pela independência, a Fundação Oriente foi a primeira instituição portuguesa a manifestar a disponibilidade para instalar uma delegação em Timor. Em 2000, a Fundação abria definitivamente a sua delegação em Díli.

O relacionamento entre Portugal e os territórios e países do Extremo Oriente é, na maior parte dos casos, uma situação de longevidade histórica assinalável. Portugal impôs-se como o primeiro país europeu a chegar a países distantes, geográfica e culturalmente, como a Índia, Ceilão – hoje Sri Lanka – ilha das Flores, na Indonésia, Japão. Noutros casos, onde os europeus já eram conhecidos – embora pouco – foram os jesuítas portugueses que, primeiro, sistematizaram o olhar de um ocidental sobre essas nações. É o caso da China, onde António Gouvea escreveu a inigualável *Ásia Extrema.*

Quando a Fundação Oriente começou a ser pensada e, posteriormente, criada para aprofundar o conhecimento mútuo entre Portugal e países e territórios do Extremo Oriente, pode dizer-se que, na maioria dos casos, existiam ainda cinco séculos de relação profunda. Nem sempre feliz, no entanto. Nem sempre bem cuidada. Talvez por isso, a oportunidade de criar uma fundação com as características da Fundação Oriente não pudesse ser ignorada ou adiada, sobretudo se tivéssemos em consideração que a segunda metade do século XX começou por ser uma época menos feliz na História desses relacionamentos, que era urgente corrigir.

A insistência, por parte de Salazar, numa política colonialista e a recusa na aceitação de uma nova ordem mundial (com reorganização territorial e de fronteiras na Ásia e em África) determinou a quebra das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China ou a União Indiana. Por outras razões, Portugal é obrigado a quebrar as relações diplomáticas com a Indonésia, já na década de 1970.

Reunião com personalidades de Macau, por ocasião da primeira reunião do Conselho de Curadores.
Macau, 16 de Novembro de 1988.

Actualmente, a Fundação Oriente está presente em Macau (República Popular da China), Goa (Índia) e Díli (Timor-Leste), sendo os casos mais complexos na história da diplomacia portuguesa da segunda metade do século XX relacionados, sobretudo, com o que a estes três países diz respeito.

Em 1955, um ano depois do ataque indiano aos enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli, e cinco anos depois da solicitação de negociações para a entrega pacífica da Índia Portuguesa à União Indiana, este país rompe relações diplomáticas com Portugal. Quando, em Dezembro de 1961, Portugal perde factualmente a posse de Goa, Damão e Diu, os dois países já não tinham qualquer espécie de relacionamento diplomático. Só oito meses depois do 25 de Abril de 1974, Portugal e a União Indiana restabelecem relações diplomáticas no momento da assinatura de um tratado em que Portugal reconhecia a soberania indiana sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli.

Na Indonésia, a colonização holandesa, que só se completou no final do século XVII, começara a ser posta em causa a partir de 1927, com a formação do

Carlos Monjardino com José de Azeredo Perdigão e seu filho, Pedro Paulo Azeredo Perdigão.
Lisboa, 1989.

Almoço com o primeiro-ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão, na sede da Fundação Oriente.
Outubro de 2002.

Jantar de homenagem ao Presidente de Timor-Leste, José Ramos Horta, na sede da Fundação.
Novembro de 2007.

Partido Nacionalista Indonésio, liderado por Sukarno. Este viria a ser o protagonista da luta pela independência, declarada unilateralmente a 17 de Agosto de 1945, após a rendição do Japão (que tinha invadido a Indonésia em 1942). A Holanda tentou, ainda, assegurar o controlo da colónia, mas a ameaça de confrontos armados por parte da oposição forçou os Holandeses a reconhecerem, em 1949, a independência dos Estados Unidos da Indonésia.

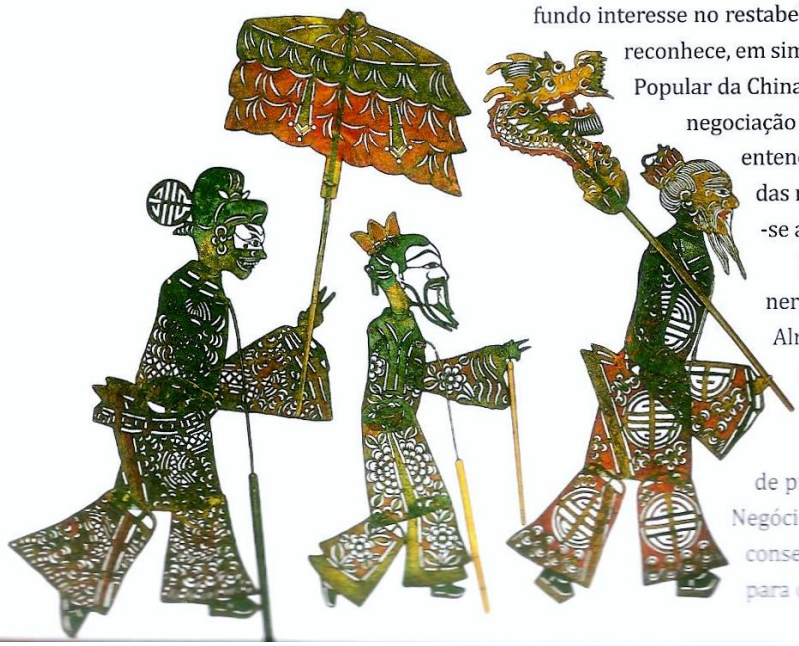
Portugal reconheceu desde logo o novo país abrindo uma legação em Jacarta, no ano seguinte. Porém, no seguimento da declaração de Sukarno, em Agosto de 1965, a exortar à libertação de Timor, então colónia portuguesa, as relações diplomáticas entre Portugal e a Indonésia seriam interrompidas até Janeiro de 1975.

Em Dezembro desse ano, a Indonésia invade a colónia portuguesa de Timor, que passa a ser a sua 27ª província, pelo que Portugal e a Indonésia só voltarão a restabelecer relações diplomáticas em Dezembro de 1999, após o reconhecimento, pelas autoridades indonésias, do direito à autodeterminação de Timor.

No caso da China, Portugal reconheceu a sua importância há vários séculos tendo, ainda no reinado de D. João III, enviado a Pequim um representante da Coroa. Mais tarde, por influência dos jesuítas portugueses, os enviados da Coroa, embora recebidos pelo soberano do Império do Meio, nunca chegavam a cumprir na plenitude os objectivos que lhes tinham sido confiados, evitando falar na questão de Macau, para que o bom relacionamento entre os dois países se mantivesse.

Inauguração da delegação em Macau. Com Francisco Murteira Nabo e Carlos d'Assumpção.
20 de Março de 1991.

Em 1949, por motivos ideológicos, Portugal não reconhece o regime comunista instaurado na China. Só em 1975, já no rescaldo da profunda alteração política e de reenquadramento internacional que o país sofreu, em consequência da revolução dos cravos, o Governo de Portugal divulga uma nota em que afirma o seu profundo interesse no restabelecimento de relações diplomáticas com aquele país e reconhece, em simultâneo, que Taiwan faz parte integrante da República Popular da China e que a questão de Macau poderá vir a ser objecto de negociação quando os dois países em causa – Portugal e China – o entenderem por conveniente. Mas o restabelecimento total das relações diplomáticas ainda iria tardar, concretizando-se apenas em Fevereiro de 1979.

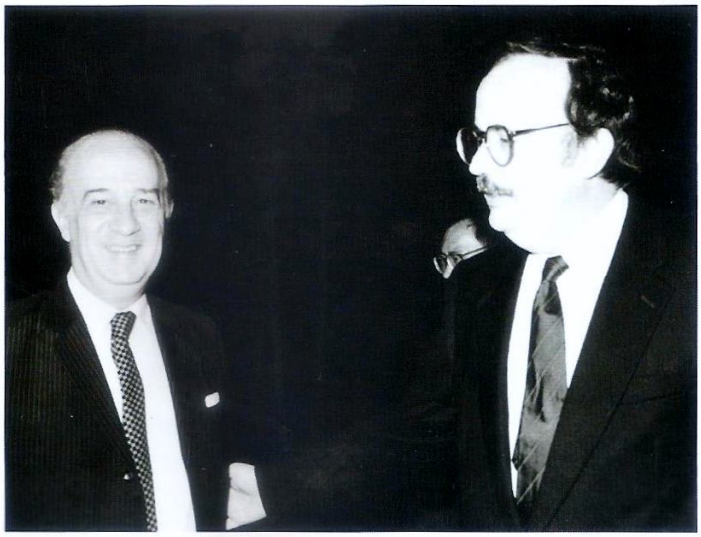


Em Macau, o princípio de 1986 é marcado pela exoneração, a seu pedido, do então governador de Macau, Almeida e Costa. Um mês depois, Mário Soares é empossado Presidente da República e, no seu discurso inaugural, garante à população de Macau que tudo fará para garantir as melhores condições de estabilidade, de progresso e de desenvolvimento. O ministro chinês dos Negócios Estrangeiros assiste à tomada de posse e obtém o consentimento de Mário Soares e do Governo português para o início das negociações sobre o futuro de Macau.

Inauguração Casa Garden

Com Stanley Ho, na inauguração da Casa Garden. À direita, com Winnie Ho.

Com Raimundo do Rosário.



Com Rodrigo Leal de Carvalho.

Com o Presidente de Timor, Taur Matan Ruak.
Setembro de 2013.

Quatro meses depois, o Presidente da República nomeia para governador de Macau o Prof. Joaquim Pinto Machado que exercerá o cargo entre 15 de Junho de 1986 e 8 de Julho de 1987. Acompanham-no nas funções de secretários-adjuntos, António Vitorino, Mário Ferreira Cordeiro, Carlos Carvalho Dias, Nuno Delerue e eu próprio, com a pasta da Coordenação Económica, Finanças e Turismo.

Mal chegámos a Macau iniciaram-se as negociações do contrato para a concessão à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), liderada por Stanley Ho, do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar no Território. Na minha qualidade de secretário-adjunto para a Coordenação Económica, Finanças e Turismo, tive a meu cargo esse processo negocial que se arrastou por três meses.

A dada altura, já com as negociações encerradas, Stanley Ho fez-me um desafio que me apanhou de surpresa. Sem qualquer razão aparente, confrontou-me com a ideia, ainda vaga, de criar um fundo. A mesma proposta já teria sido feita ao anterior governador, almirante Almeida e Costa, que não teria tido oportunidade de lhe dar seguimento.

O meu primeiro pensamento foi: e porque não? Embora surpreendente e inesperado, o desafio não podia ficar sem resposta pelo que contactei, de imediato, o Presidente da República, Mário Soares, que tutelava o Governo de Macau, com a minha proposta de criação de uma fundação cultural virada para a Ásia.

Avisei Stanley Ho que iria fazer esse contacto e, da conversa com Mário Soares, surgiu a confirmação de aplicar esse fundo na criação de uma instituição cultural.

Na verdade, dos meus contactos na Tailândia, na China ou no Japão, ficava-me sempre a ideia de que havia claramente a consciência de uma forte ligação mas mal explicada, de Portugal àqueles e outros países da região. Daí que me parecesse totalmente apropriada a ideia de criar uma instituição que pensasse por manter e aperfeiçoar esses laços que nos uniam aos povos do Extremo Oriente. O nome Fundação Oriente veio-me desde logo à cabeça. Como também desde logo interiorizei que a sua acção deveria ser, prioritariamente, canalizada para Macau e para a China.

Essa contrapartida só foi, no entanto, negociada depois de se discutir aquelas que o Governo de Macau achou prioritárias e que assegurariam não só receitas financeiras (percentagens das receitas do jogo) mas também compensações de participação a fundo perdido em investimentos públicos, tais como habitação social, escolar, ponte, aeroporto, terminal marítimo e outros.

A fundação foi, pois, a última contrapartida a ser negociada, de resto com uma participação inferior àquela que esteve inicialmente prevista, pois entendeu-se, na altura, dar prioridade a outras iniciativas.

À medida que a ideia foi amadurecendo, mais evidente se tornou a importância da fundação numa perspectiva dupla de servir, por um lado, de traço de união cultural entre a República Popular da China e Portugal, tendo preferencialmente Macau como cena e, por outro, de manter, após 1999, uma presença física no Território, através, nomeadamente, da recuperação de edifícios relacionados com a história de Macau e, por conseguinte, com a própria história de Portugal.

O contrato para a concessão exclusiva de exploração de jogos de fortuna e azar no território de Macau, celebrado entre o Governo de Macau, representado pelo Governador Joaquim Pinto Machado, e a Sociedade de Turismo e Diver-

Assinatura de protocolo com a China International Culture Association na presença dos presidentes da China e de Portugal, respectivamente Hu Jintao e Jorge Sampaio.
Janeiro de 2005.

Pormenor da exposição,
inaugurada a 25 de Junho de 1992.

Carlos e Ana Sofia Monjardino,
os embaixadores da China e Mário Soares.

A inauguração foi precedida da Dança do Dragão.

O Presidente da República, Mário Soares assinou o Livro de Honra.

sões de Macau, representada por Stanley Ho, foi assinado em 29 de Setembro de 1986 e o aditamento ao mesmo contrato em 31 de Dezembro do mesmo ano, a vigorar até 31 de Dezembro de 2001.

A cláusula vigésima primeira do dito contrato previa a constituição da Fundação Oriente com um fundo inicial de 212 milhões de patacas ou 4 milhões de contos (hoje cerca de 20 milhões de euros), acrescido de uma contribuição de 100 milhões de patacas a ser repartida por três prestações anuais, entre 30 de Junho de 1988 e 30 de Junho de 1990, e ainda uma dotação anual de valor correspondente a 5% dos lucros líquidos da Concessionária.

Em princípio de 1988, o Presidente Soares chamou-me a Belém para me comunicar que achava que era altura de dar corpo à Fundação. Contudo, a sua constituição gerou, durante algum tempo, um certo desconforto entre Mário Soares e Cavaco Silva. Este teria preferido que a fundação fosse uma pessoa colectiva de direito público mas acabaria por concordar com a proposta do Presidente da República que advogava a figura da pessoa colectiva de direito privado.

Em Fevereiro de 1988, decidiu-se quem deveriam ser as pessoas que iam comandar os destinos da futura fundação.

Já com os nomes escolhidos para o Conselho de Curadores, no dia 18 de Março de 1988, comparecemos no escritório de Vasco Vieira de Almeida, na Av. Fontes Pereira de Melo, em Lisboa, onde já se encontravam Rui Cunha e Vitalino Canas, que assinariam a escritura de constituição da Fundação, em representação da STDM.

Depois da assinatura da escritura fomos almoçar ao Hotel Ritz. Fraústo da Silva recebeu, a meio do almoço, um telefonema de Carlos Melancia pedindo-lhe que a assinatura fosse adiada pois teria empenho em que o Governo de Macau tivesse também um representante nos órgãos sociais da Fundação.

A notícia da constituição da Fundação Oriente é dada em Belém pelo Presidente da República durante um encontro com jornalistas ali acreditados e

Com Charles Hsueh, reitor da Universidade da Ásia Oriental.

especialmente convocados por Mário Soares para lhes explicar a importância da nova instituição.

No dia 19 de Março, o *Diário de Notícias* informa que "no exercício das suas competências [Macau reportava directamente ao Presidente da República] Mário Soares escolheu sete personalidades de reconhecido mérito para integrarem o Conselho de Curadores da nova instituição: Adriano Moreira, Carlos Monjardino, Edmund Ho, Eduardo Pereira, João Fraústo da Silva, Pedro Pires de Miranda e Stanley Ho.

Mais adiante o *Diário de Notícias* acrescentava que "competindo ao Conselho de Curadores escolher os membros dos restantes órgãos (Conselho de Administração, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal), a intervenção do Presidente da República cessa no momento da sua constituição."

Mário Soares anunciou ainda aos jornalistas presentes em Belém ter informado o primeiro-ministro, Aníbal Cavaco Silva, e o Governo de Macau, de todo o processo de constituição da Fundação Oriente, nomeadamente quanto aos seus estatutos.

Influenciado, já na altura, pelo espírito supersticioso dos orientais, o dia da escritura – 18 de Março – não foi escolhido ao acaso, foi escolhido por incluir o algarismo 8, símbolo da sorte e da abundância.

Assinada a escritura de constituição da Fundação, começámos, logo no dia a seguir, a reunir na minha casa da Graça, em Lisboa, onde fizemos todo o trabalho preparatório, enquanto aguardávamos pela instalação num prédio dos Restauradores que, para o efeito, tínhamos comprado à Companhia de Seguros

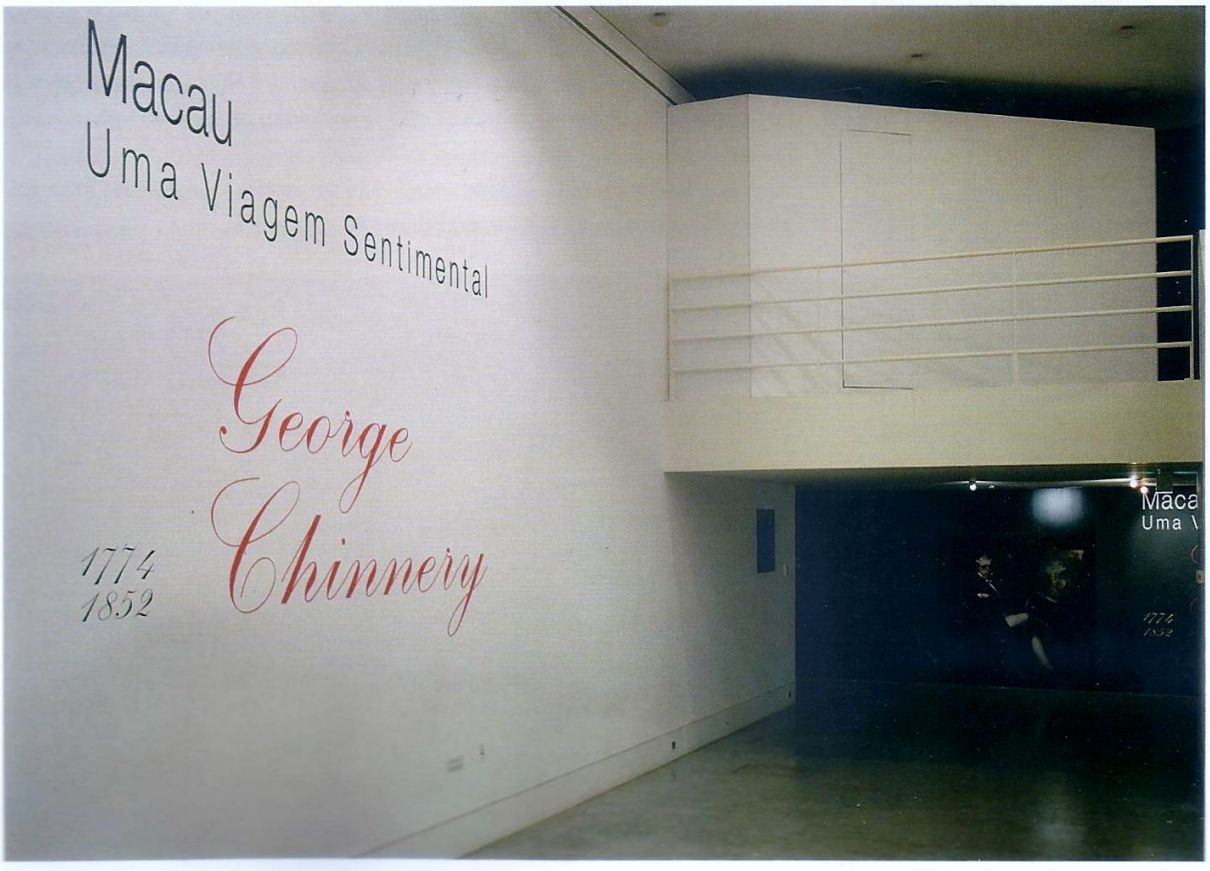
Com António Alçada Baptista. Dezembro de 1992.

Exposição "George Chinery 1774-1852. Macau, uma Viagem Sentimental"

Homem rocando contrabaixo.
Macau, posterior a 1832.

Cabeça feminina.
Óleo sobre tela. Macau, 1820 a 1830.

A exposição esteve patente no Centro Cultural de Belém. 1995.



Império. A instalação definitiva só se concretizou no final do Verão.

A 28 de Março, o Conselho de Curadores reuniu-se pela primeira vez, em Lisboa. Nessa reunião, Fraústo da Silva foi eleito presidente desse órgão que, em simultâneo, me nomeou presidente do Conselho de Administração. Já nessa qualidade, avancei no mesmo dia com as primeiras tarefas que tínhamos pela frente. Indiquei, como uma das prioridades, um levantamento rigoroso do património cultural e histórico da presença de Portugal no Oriente. E sublinhei desde logo que iria ser dada uma prioridade natural a Macau, que esteve na origem da fundação, e em colaboração com o Governo de Macau.

Jardim da sede da Fundação Oriente em Lisboa.

Certo dia, Stanley Ho, numa das suas deslocações a Lisboa, visitou-nos nos Restauradores. Stanley Ho sempre ambicionara comprar um edifício na Avenida da Liberdade. Nesse dia, fui buscá-lo à entrada, subimos no elevador e, quando chegámos ao 2º andar, tinha acabado de lhe vender o prédio em que nos encontrávamos.

Entretanto, eu próprio tinha comprado um imóvel em ruínas na Rua do Salitre que pensava recuperar. Num dia em que fui visitar as obras, debrucei-me no muro e deparei-me com um jardim magnífico, paredes-meias com o meu prédio, já em obras.

A impressão que me causou aquele jardim foi de tal forma agradável que não tardei a indagar a quem pertenciam aqueles terrenos e imóveis adjacentes ao meu. Disseram-me que pertenciam à EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) que, ao que parecia, não estaria muito interessada em manter aquelas instalações.

A Fundação Oriente e o Hotel Tivoli estavam ambos interessados nos edifícios mas a proposta da Fundação acabou vencedora.

A sede da Fundação Oriente, em Lisboa.

Em Abril de 1990, o prédio dos Restauradores foi entregue à STDM e a Fundação Oriente instalou-se definitivamente no nº 66 da Rua do Salitre.

Desde logo, ainda na primeira sede em Lisboa, se procurou dar corpo a uma organização viável, garante de continuidade, em todos os aspectos da vida da fundação. A organização administrativa e financeira da fundação foi gizada de forma que as receitas provenientes do instituidor proporcionassem a consolidação crescente do seu fundo, e que, consequentemente, o volume de despesas correntes derivadas da sua actividade não prejudicassem a sua perpetuidade.

Com o aproximar da transição de administração de Macau para a República Popular da China, a Fundação Oriente e a sua actividade começaram a ser postas em causa sobretudo por membros da Assembleia Legislativa de Macau que pretendiam, desse modo, posicionar-se em relação à China e apostar naquilo que achavam ser a opinião oficial chinesa. Havia na Assembleia local um grupo de deputados, portugueses e chineses, particularmente activo nessa oposição à actividade da Fundação e, sobretudo, oposição a que a Fundação tivesse sede em Portugal.

O próprio governador de Macau, Carlos Melancia, declarava em entrevista ao *Público* em Novembro de 1990 estar preocupado com a Fundação Oriente "porque começam a aparecer indícios de que a sua manutenção não é 100% desejável pelas autoridades chinesas." E acrescentava ser "indispensável fazer uma acção de esclarecimento dos objectivos da Fundação e do que se pretende dela no quadro das relações entre Portugal e a China."

Contrariei essas afirmações pois até então nunca as autoridades chinesas haviam questionado as actividades da Fundação.

Aliás, havia vários projectos com a China de que Melancia não tinha, nem tinha de ter, qualquer conhecimento. Foi aliás nessa fase que apoiámos muitas mais iniciativas na China do que estava previsto.

Essa oposição em Macau era coadjuvada em Lisboa por alguns membros do governo. A Fundação Oriente – dizia-se – não era mais do que uma invenção de Mário Soares e minha como forma de beneficiar o Partido Socialista.

Demorei anos a desmistificar essa ideia sobretudo porque nunca a Fundação deu dinheiro a qualquer partido político ou associação ligada a partidos políticos.

Dois anos antes da transferência de poderes de Macau para a China, mais concretamente em Junho de 1997, foi entendido pelo Grupo de Ligação Luso-Chinês

Inauguração da sede.
Lisboa, 29 de Junho de 1991.

A primeira delegação governamental da República Popular da China a visitar a sede.
Outubro de 1998.

que, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 1996, e com a aquiescência da Fundação Oriente, os rendimentos regulares atribuídos à Fundação e que haviam sido estipulados no contrato para a concessão do exclusivo da exploração do jogo, passariam a ser entregues a uma fundação já existente ou a uma nova fundação a constituir em Macau. A Fundação deixava assim de contar com o seu principal rendimento regular. Negociámos com Stanley Ho uma compensação financeira pela perda desse rendimento que a Fundação recebeu entre 1996 e 1999. A partir daí, cessou toda e qualquer ligação da Fundação ao jogo de Macau.

As negociações em que participaram os representantes do Grupo de Ligação, de ambos os países, e eu próprio arrastaram-se e andámos uns meses a discutir literalmente meia dúzia de palavras. No final, assinado o acordo, constatei, com grande surpresa uma coisa única: é que a Fundação não só era reconhecida em Macau, como tínhamos pedido, como em toda a China. Durante anos e anos, a poderosa Fundação Rockfeller tentou o reconhecimento pela China mas nunca o conseguiu.

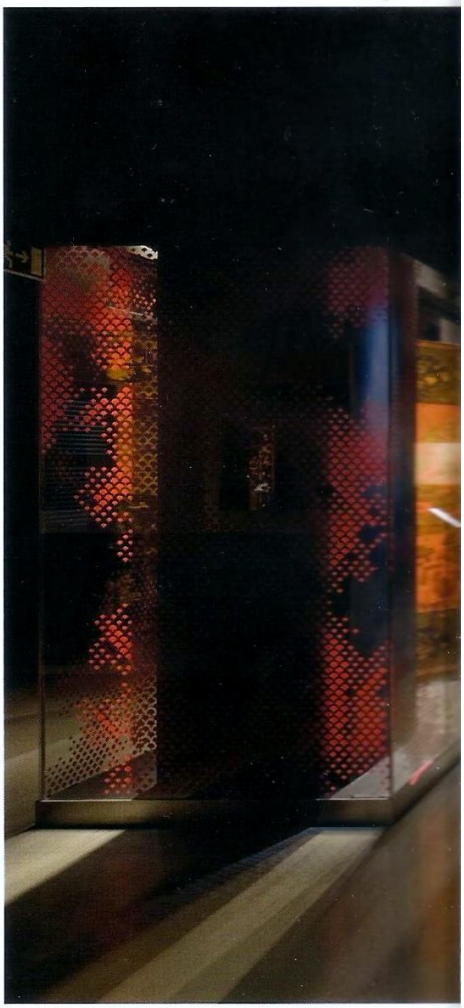
Em jeito de conclusão, gostaria de salientar que, se a Fundação Oriente nasceu num período complexo das relações entre Portugal e a China, actualmente o clima de entendimento e colaboração entre os dois países é, a todos os títulos, exemplar. A resolução sem sobressaltos da questão de Macau, pela assinatura da Declaração Conjunta, em 1987, veio facilitar a cooperação entre a China e Portugal e o aprofundamento da amizade entre os dois povos. É neste contexto que se enquadra o relacionamento da Fundação com as autoridades e instituições chinesas.

Durante os primeiros 15 anos, privilegiámos, de forma muito importante, a realização e apoio de acções em Macau e na República Popular da China. Ao fim desse período, entrou-se numa outra fase em que a Fundação passou a repartir os seus apoios mais equitativamente entre Portugal e a Ásia, culminando essa fase com a criação do Museu do Oriente.

Ao longo dos anos de actuação nos países da Ásia, sobretudo naqueles onde dispõe de delegações, a Fundação conseguiu realizar numerosas acções e projectos em diversos domínios que permitiram obter a confiança e a cooperação desses países.

Quero destacar três prioridades que foram cruciais, desde o início, para a realização dos nossos objectivos. A primeira foi a defesa do património cultural ligado à língua e à história da presença de Portugal no Oriente. Aqui incluo a

Núcleo de Macau da colecção "Presença Portuguesa na Ásia".
Piso 1 do Museu do Oriente.



O Museu do oriente foi inaugurado pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, e contou com a presença do primeiro-ministro, José Sócrates e do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.
8 de Maio de 2008.

O 1º Encontro de Fundações Portuguesas. Lisboa, 17 e 18 de Junho, 1993.

aquisição de obras de arte erudita e popular que, de outro modo, não teriam vindo ou ficado no nosso País. A segunda prioridade diz respeito à restauração dos estudos orientais em Portugal e dos estudos internacionais sobre a expansão portuguesa na Ásia, com o apoio a novos investigadores e a numerosos projectos de investigação, em parceria com grandes universidades portuguesas e estrangeiras.

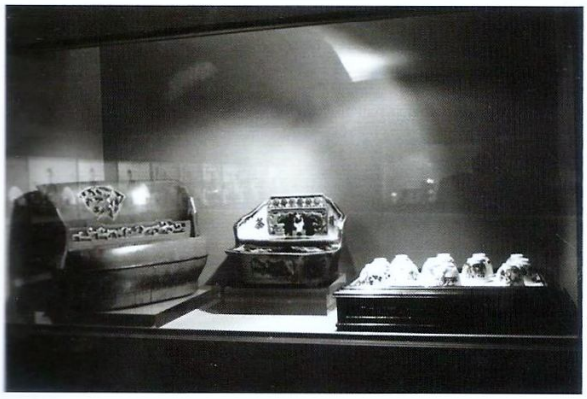
A terceira prioridade concentrou-se na criação do Museu do Oriente, um dos raros museus na Europa vocacionado para as relações entre as grandes civilizações do Ocidente e do Oriente. No Museu têm lugar todas as dimensões das relações entre Portugal, a Europa e a Ásia – a arte, a música, a literatura, o teatro, tal como a filosofia, a religião, a política e a economia. Quisemos criar no Museu do Oriente um espaço de encontro entre as civilizações históricas onde permanecesse vivo o espírito cosmopolita do humanismo português.

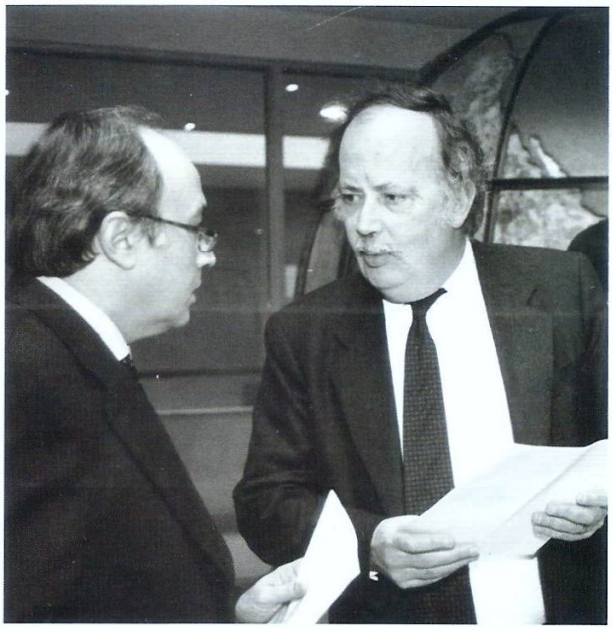
Com a abertura do Museu, as colecções de arte erudita e popular da Fundação Oriente passaram a poder estar expostas em permanência, ao lado de outras colecções portuguesas e estrangeiras, num quadro de cooperação que reputo exemplar entre instituições públicas e privadas. As colecções do Museu do Oriente incluem as aquisições realizadas pela Fundação Oriente, que se concentraram sobretudo em objectos de arte do património histórico da presença de Portugal no Oriente, bem como doações, nomeadamente a colecção Kwok On de arte popular asiática, doada pela Association du Musée Kwok On, de Paris. O Museu do Oriente tornou-se o centro de múltiplas iniciativas em todos os domínios da cultura e da ciência, da política e da economia, com uma programação eclética e plural, cujo mote continua a ser o encontro de culturas e civilizações.

Por vezes, sinto que os resultados obtidos não são compreendidos nem reconhecidos no nosso país pelos poderes públicos. Con-

Exposição "O Gosto do Chá"

A exposição esteve patente no Pavilhão de Exposições do Parque das Nações.
15 de Janeiro a 30 de Maio, 1999.

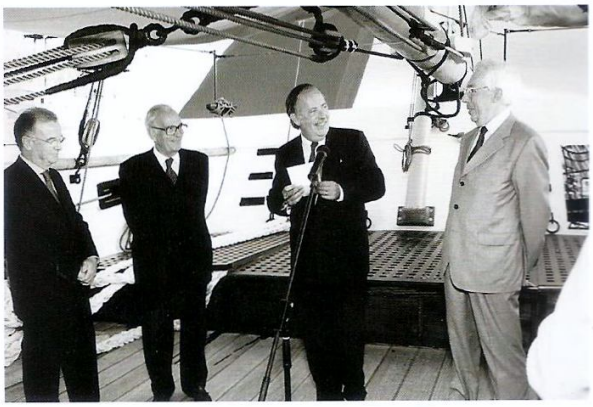




Pormenor da exposição. Em cima, com António Mega Ferreira.

Exposição "Caminhos da Porcelana"

O Presidente da República, Jorge Sampaio, inaugurou a exposição, no Dia de Honra da Fundação Oriente na Expo'98.



O 1º tomo do volume I da *História dos Portugueses no Extremo Oriente* foi lançado a bordo da fragata D. Fernando II e Glória.
2 de Setembro, 1998, Dia de Honra da Fundação Oriente na Expo'98.

Carlos Monjardino e Stanley Ho assinaram no Palácio de Belém o acordo de compensação financeira em resultado da desvinculação voluntária da Fundação do contrato de jogo.

tudo, apesar da fase conturbada e complexa da vida das fundações em Portugal, apesar de o esforço das fundações privadas não ser devidamente reconhecido, quando não desprezado, vamos prosseguir com a mesma tenacidade e entusiasmo que caracterizaram até agora a nossa cooperação cultural.

A Fundação Oriente, tal como o Museu do Oriente, não são, nem devem ser, obras acabadas. Temos a consciência clara da necessidade de mantermos uma importante concentração de recursos e de esforços no desenvolvimento do Museu, na realização de novas exposições e iniciativas, no alargamento das suas relações com os museus da China, do Japão, da Índia ou da Indonésia, parceiros indispensáveis na próxima fase que devemos começar a preparar desde já.

No mesmo sentido, a Fundação Oriente deve continuar a alargar o espaço das suas iniciativas próprias, nomeadamente nos estudos históricos da expansão portuguesa e da história comum com as civilizações asiáticas, bem como em novos domínios, incluindo as investigações contemporâneas sobre a convergência entre o Ocidente e o Oriente, tanto nas dimensões culturais e filosóficas, como na politica e na economia. O passado demonstrou, e o futuro certamente continuará a demonstrar, a importância decisiva das relações entre a Europa e a Ásia, onde Portugal teve e pode voltar a ter uma posição singular.

Para atingirmos esses objectivos, a Fundação conta com um leque de colaboradores com grande espírito de iniciativa e de reconhecida competência.

No ano em que a Fundação celebra o seu 25º aniversário, as perspectivas para o futuro afiguram-se claramente favoráveis: a presença portuguesa na Ásia já é aceite mais pelo seu significado intrínseco, minimizando-se progressivamente as colorações político-ideológicas, e a Fundação tem consolidadas as suas estruturas, humana, financeira e de actividades. Tudo leva a crer que os anos

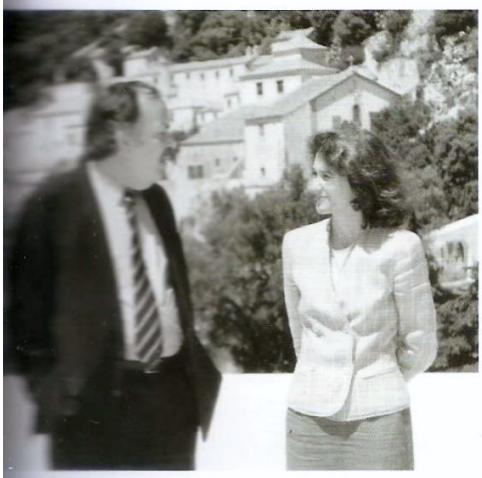
Acontecimentos Sociais e Culturais

O presidente e os vice-presidentes do European Foundation Centre: Francis Charhon (ao centro), Carlos Monjardino e Michael Brophy.
Sevilha, Novembro de 1995.

Com Rui Vilar, comissário da Europália'91, em Bruxelas.

ASEF IX Board of Governors Meeting.
Lisboa, 10 de Maio, 2001.

Reunião no Convento da Arrábida da Network of European Foundations. Comité des Sages.
20 de Setembro de 2002.



em cima
Visita às obras do convento.
Com o arquitecto Sérgio Infante
e o presidente da Câmara de Setúbal,
Manuel Mata Cáceres.

Com Teresa Gouveia,
então secretária de Estado da Cultura.

vindouros confirmarão a justeza da visão que levou a que se criasse a Fundação Oriente já lá vai um quarto de século.

Nestes 25 anos, muitas vezes me interroguei quanto ao motivo que levou Stanley Ho a propor-me a criação de um fundo. Julgo não andar muito longe da verdade se disser que aquela foi, à boa maneira oriental, uma forma de agradecer a maneira séria, embora por vezes difícil, como decorreram as negociações do contrato de jogo. Em boa hora, Stanley Ho o fez.

Dedicámos o último quarto de século a cimentar os alicerces da nossa história. Seguindo uma velha tradição portuguesa, construímos vínculos entre as

6º Arrábida Meetings.
Com Xavier Solana e Lord Carrington.
Maio de 2000.

em cima

Abertura dos Cursos da Arrábida.
Com Nelida Piñon, Romero de Magalhães e Eugénio Lisboa.

Entrega de presentes de Natal a crianças internadas nos hospitais públicos.
Lisboa, Natal de 2004.

Com Maria Helena Mendes Pinto numa visita às obras seleccionadas para a exposição" Via Orientalis", na Europália'91, em Bruxelas.

civilizações do Ocidente e do Oriente, que se tornaram indispensáveis para garantir um futuro de paz no século XXI. O nosso legado é o espírito dos Portugueses antigos, os navegadores que inventaram a unidade do mundo. O nosso propósito é garantir a actualidade dessa visão extraordinária, que continua a ser posta à prova todos os dias.

No futuro, gostaríamos de contribuir para uma relação entre civilizações em que o conhecimento, a arte e também as relações económicas substituam a ignorância, o fanatismo e a guerra. Estou plenamente convicto de que a Fundação Oriente e o seu Museu têm plenas condições para o fazerem.

Em tempo de balanço, não posso deixar de referir os nomes de algumas das pessoas que mais contribuíram para que a história da Fundação Oriente seja uma história de sucesso já com um quarto de século.

Destaco em primeiro lugar a acção fundamental de Mário Soares na concepção e criação da Fundação, bem como o apoio constante de Jorge Sampaio e de Jaime Gama, nomeadamente durante o período de transferência de poderes em Macau. Quero também destacar o empenho de todos os membros do primeiro Conselho de Curadores, Stanley Ho, impulsionador da ideia da criação da Fundação Oriente, Fraústo da Silva, Adriano Moreira, Eduardo Pereira, Pedro Pires de Miranda e Edmund Ho, que viria a ser o primeiro Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, pela coesão ímpar que sempre demonstraram tornando possível ultrapassar os períodos difíceis que enfrentámos.

No 15º aniversário da Fundação Oriente, Carlos Monjardino recebeu do Presidente da República a Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.
Março de 2003.

A FUNDAÇÃO ORIENTE NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES LUSO-CHINESAS

João de Deus Ramos [*Curador*]

O surgimento da Fundação Oriente, nos anos 80 do século passado, dá-se durante um dos períodos mais densos e complexos do meio milénio de relacionamento entre Portugal e a China. Os quatro séculos e meio da nossa presença em Macau constituíram quase sempre o cerne desse relacionamento, e esse pano de fundo suscitou, ao evoluírem os contextos internacionais e os enquadramentos político-jurídicos, a referida trama de intensa interacção a partir da segunda metade do século passado, com as profundas alterações acontecidas nos dois países e no panorama internacional pós 2ª Guerra Mundial.

A China saída do "século da humilhação" – do Tratado de Tientsin de 1842, criando Hong-Kong, até à revolução de 1949 – tinha de procurar um caminho novo que a levasse para um futuro melhor, o que veio a acontecer com a revolução liderada por Mao Tse Tung; e Portugal, perante o fim dos ciclos imperiais europeus e a insustentabilidade do seu ultramar e do seu regime, teve também que buscar uma nova via para um devir mais promissor, que integrasse o passado numa nova forma de estar no Mundo que tanto mudara, o que aconteceu com a "revolução dos cravos", em 1974. A China transformara-se numa República Popular a partir de 1949, mantendo-se igual a si própria, como hoje se constata, apesar das dúvidas na altura suscitadas, e o nosso país passou de um regime autoritário a uma democracia não imperial, sem perder a alma – espera-se – apesar das dificuldades do passado recente e do presente.

Várias foram as fórmulas das relações luso-chinesas ao longo de meio milénio: à busca de convergências dos primeiros tempos, ao ciclo das embaixadas do século XVII para o XVIII, ao período dos tratados subsequentes, seguiu-se uma época difusa, sem contornos claros, em que ambos os lados mais agiam por influência de terceiros que por desígnio próprio, até se chegar ao passado recente, em que os dois países continuaram a conviver pragmaticamente em Macau, mas em que razões ideológicas impediam um diálogo formal. A partir da segunda metade do século passado, por assim dizer as coisas precipitaram-se, ao caos político-social chinês seguiu-se a instauração de um regime comunista que sanou a degenerescência endémica e repôs a esperança, e entre nós uma mudança de regime definiu um caminho de desanuviamento interno e internacional.

O 25 de Abril criou em Portugal as condições objectivas para uma aproximação à República Popular da China, o que veio a concretizar-se quatro anos mais tarde com o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1979.

A China saída da revolução de 1949 e o Estado Novo estavam ideologicamente tão afastados como Lisboa e Moscovo. Mas enquanto com a Rússia a distância política era reforçada por um antagonismo também emocional, tal não era assim no caso sino-português.

Com Ma Man Kei.
Macau, 1991.

Com o bispo de Macau, D. Domingos Lam.
1991.

Na altura, quer em Lisboa, quer em Pequim, os ânimos mantiveram-se objectivos na análise e ponderação dos respectivos interesses; por motivos pragmáticos é certo, mas também porque não havia em relação à China a antipatia pessoal, visceral, que era uma constante do regime de Salazar em relação à União Soviética e ao Bloco de Leste. Foi assim possível que, para além dos contactos informais por via de intermediários em Macau – a elite comercial chinesa do território – permanecesse no Portugal político de então um ambiente algo distendido em relação à China. Tal permitiu a existência de uma linha de pensamento e argumentação, dentro das estruturas oficias, favorável ao reconhecimento da República Popular da China, por causa de Macau. Deste estado de coisas resultou um debate interno, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre tal eventualidade, e também a iniciativa confidencial do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, com o mesmo sentido de reconhecimento da República Popular da China, na década de 1960, tendo em vista a eventual obtenção de uma atitude chinesa mais favorável aos nossos problemas ultramarinos. Curiosamente, coexistia em Pequim uma atitude pragmática e realista, quer na anuência discreta em explorar as potencialidades da iniciativa de Franco Nogueira, não a rejeitando liminarmente, quer na moderação das políticas chinesas em relação a Macau, não obstante a ocorrência de surtos de violência de que o episódio do "1, 2, 3" é o mais simbólico e que os próprios chineses acabariam por conter. Mas, de todas estas tentativas de aproximação nada viria a resultar, em parte por motivos aleatórios, mas sobretudo porque as facções mais extremas dentro do Estado Novo estavam a ganhar protagonismo e a introduzir crispações incontornáveis em matérias que Salazar aceitara analisar sem emoção.

À altura do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, em 1979, ficou acordado que a questão de Macau,

"legada pela História", seria abordada em momento oportuno, através de conversações bilaterais. Volvidos seis anos, em 1985, durante a Visita de Estado do Presidente Ramalho Eanes à China, foi entendido por ambas as partes que chegara o tal momento oportuno, e as negociações tiveram início em fins de Junho do ano seguinte. Prolongaram-se durante nove meses e tiveram lugar sempre em Pequim. Por razões da política interna chinesa foi mantida uma pressão constante quanto à celeridade no andamento do processo negocial, pois estava agendada para Setembro de 1987 a realização do 13º Congresso do Partido Comunista Chinês, ocasião durante a qual se pretendia apresentar como resolvida a questão de Macau, no âmbito do objectivo imperativo da "reunificação da Mãe-Pátria". Ao longo dos primeiros meses de negociações foram crescendo as divergências entre as partes, designadamente quanto à data da transferência de poderes em Macau. Mas dirimidas as mais profundas em finais de 1986, começo de 1987, progrediu-se com rapidez na estrutura e articulado do texto. Concluídos os trabalhos em Março, a 13 de Abril de 1987 os Primeiros-Ministros Aníbal Cavaco Silva e Zhao Zhiyang assinaram no Grande Palácio do Povo, em Pequim, a Declaração Conjunta luso-chinesa sobre Macau. Deste acontecimento decorreu na altura um ambiente muito positivo e dinâmico no relacionamento luso-chinês, sendo o acordo ratificado, na Assembleia da República, por unanimidade e aclamação, a 11 de Dezembro do mesmo ano. Estava assim traçado um novo caminho e novas perspectivas para Macau, num ambiente favorável à convergência de esforços e à consolidação da esperança num futuro novo para o território e para as relações entre Portugal e a China.

É neste tempo e neste ambiente, em torno destes eventos marcantes da história das relações luso-chinesas, que surge o conceito de uma instituição portuguesa, privada, que apoie e fomente os vários aspectos de um relacionamento e de uma presença de muitos séculos na China e noutras regiões da Ásia oriental. Objectivos avaliados consensualmente como positivos e cujo potencial de concretização era exponenciado pelo ambiente favorável no relacionamento

Biombo de Itsukushima,
Japão, período Edo (1615-1868).
Madeira, papel, pigmentos e folha de ouro.

luso-chinês. Foi da convergência de desígnios entre individualidades de Macau e da República, em momento particularmente oportuno, que nasceu a Fundação Oriente, a 18 de Maio de 1988.

Não obstante os textos portugueses quinhentistas terem sido um dos alicerces pioneiros na génese da Sinologia como ciência, quando a Fundação Oriente surgiu, os conhecimentos em Portugal sobre o Império do Meio eram escassos, quer nos meios académicos, quer nos políticos, mediáticos ou empresariais. Após a última tentativa séria e sistemática de busca de informações sobre Macau e a China, na segunda metade do século XIX e pela mão do 2º Visconde de Santarém, foi-se consolidando o vazio, perante a indiferença geral, que o Estado Novo agravou.

Quando aconteceu o 25 de Abril, houve um esforço para melhor entender a República Popular da China e a situação em Macau, mas foram tentativas algo superficiais, com intuitos imediatistas e essencialmente políticos, decorrentes do processo em curso. Nos tempos que se seguiram à Revolução de Abril não sabíamos bem o que fazer de Macau, e raciocinávamos mal sobre a demora de Pequim – quase cinco anos – em reconhecer a jovem democracia portuguesa.

Desde o seu surgimento, a Fundação Oriente tem sido relevante como suporte de esforços feitos em vários sectores, incluindo os por si mesma promovidos, para melhorar os conhecimentos entre nós e a divulgação da cultura da Ásia Oriental em geral e do mundo chinês em particular. Estreitaram-se laços culturais com essas áreas geográficas através das Delegações mantidas pela Fundação na Índia (Goa), na China (Macau) e em Timor-Leste (Díli), e surgiram em Portugal, pela primeira vez, estruturas universitárias de estudos chineses e japoneses. Criaram-se licenciaturas e mestrados, com apoios da Fundação, o que, em conjunto com as centenas de bolsas atribuídas ao longo dos anos, e as edições próprias ou subsidiadas, permitiu que passasse a existir

Carlos Monjardino inaugurou a delegação da Fundação Oriente, em Macau.

Sessão comemorativa do 20º aniversário da Declaração Conjunta Portugal-República Popular da China.
Lisboa, 2007.

entre nós uma "massa crítica" de conhecimentos e actividades, hoje felizmente já com dinâmica própria. No plano das artes promoveu-se uma medida de intimidade do público português com as culturas asiáticas, bem para além da convivência proporcionada, em tempos passados, pelo coleccionismo ou por uma empatia difusa com o exótico. Quanto à China, a passada curiosidade epidérmica está paulatinamente a transformar-se num interesse com crescente solidez, não só como herança de pioneiros que fomos na criação da Sinologia, mas também com as vantagens decorrentes de a China de hoje ser a segunda potência económica mundial e a sua influência, a todos os níveis, global.

A Fundação Oriente tem procurado manter e incentivar permanentes contactos com entidades oficiais e privadas asiáticas, quer nos respectivos países, quer em Portugal. O nosso relacionamento com os países asiáticos é bom, tendo as dificuldades suscitadas por alguns escolhos históricos ou políticos sido removidas, deixando assim em pleno dinamismo as vertentes de confiança e cooperação. Este estado de coisas irá certamente beneficiar as perspectivas de actuação futura da Fundação nas áreas temáticas que lhe são próprias, contribuindo assim para a aproximação entre os povos, as culturas e as instituições europeias e da Ásia Oriental.